

## **A perpetua dicotomização público x privado sua funcionalidade para depreciação da reprodução do trabalho da mulher.**

Qelli Viviane Dias Rocha<sup>1</sup>

Jaqueline Botelho<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo tem por objetivo analisar com as categorias reprodução social, divisão sexual do trabalho e participação da mulher, dicotomia entre público e privado ainda hoje se mantêm nas relações sociais e sexuais de gênero. Parte, portanto, de um rigoroso processo de revisão bibliográfica e das análises apresentadas na dissertação: “*Levantadas Do Chão: A Construção Da Identidade De Gênero No Processo De Implementação Das Políticas Públicas Agrárias Para Mulheres*”, defendida em 2012, apresentado ao programa de pós-graduação em serviço social da Universidade Estadual “Julio de Mesquita Filho (Unesp/Franca-SP). Considera que a divisão sexual do trabalho por meio da instituição da propriedade privada e do casamento, continua à apartar as mulheres dos fundamentos do trabalho socialmente produzido.

**Palavras-Chaves:** Classe, Gênero, Reprodução Social

### **Abstract.**

The present article aims to analyze with the categories social reproduction, sexual division of labor and participation of women, dichotomy between public and private still today in social and sexual relations of gender. It starts, therefore, from a rigorous bibliographic review process and from the analyzes presented in the dissertation: “*Levantadas Do Chão: The Construction of Gender Identity in the Implementation Process of Agrarian Public Policies for Women*”, defended in 2012, presented to the postgraduate program -graduation in social work at the State University “Julio de Mesquita Filho (Unesp / Franca-SP). It considers that the sexual division of labor through the institution of private property and marriage, continues to separate women from the foundations of socially produced work.

---

<sup>1</sup> Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Especialista em Programas e Projetos Sociais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro ( IFTM) (2009/2010); Mestre em Serviço Social pela Faculdade de ciências Sociais e Humanas da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" ( Campus Franca - 2012). Atuou como Professora e Coordenadora do curso de Serviço Social da Faculdade Frutal (FAF). Atuou como Professora Temporária do Departamento de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM e Professora Temporária do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Atuou como professora do programa PRONATEC. Atou como docente na especialização em Educação de Jovens e Adultos para os Privados de Liberdade, e Coordenou do Centro de Esportes e Artes Unificadas de Uberaba - CEU das Artes. Atualmente é professora Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso, participa como pesquisadora do Núcleo de estudos e pesquisa sobre a organização da mulher e relações de Gênero ( NUEPOM- UFMT), Coordena o grupo de Estudos sobre sexualidade e identidade de gênero do NUEPOM. Atualmente é aluna do programa de doutorado interinstitucional UNB/UFMT. Pesquisa relações de gênero, Identidade e Sexualidades.

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFF Niterói. Doutora em Serviço Social pela UERJ(PPGSS/UERJ). Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). Coordenadora do NEPEQ/UFF. Vice- coordenadora do Neddate/UFF. Pesquisadora e docente extensionista sobre os temas Educação, Movimentos Sociais, Questão Agrária e Questão Etnico-Racial no Brasil.

**Keywords:**Class, Gender, Social Reproduction

### **Resumen**

Est artículo tiene como objetivo analizar las categorías de reproducción social, división sexual del trabajo y participación de las mujeres, la dicotomía entre lo público y lo privado que aún hoy se mantiene en las relaciones sociales y sexuales de género. Se parte, por tanto, de un riguroso proceso de revisión bibliográfica y de los análisis presentados en la disertación: "Levantadas Do Chão: La construcción de la identidad de género en el proceso de implementación de políticas públicas agrícolas para las mujeres", defendida en 2012, presentada al posgrado. Programa de Licenciatura en Trabajo Social en la Universidad Estatal "Julio de Mesquita Filho" (Unesp / Franca-SP). Considera que la división sexual del trabajo a través de la institución de la propiedad privada y el matrimonio continúa separando a la mujer de los cimientos del trabajo de producción social

**Palabras clave:** clase, género, reproducción social.

## **1. A Sociabilidade na Órbita da Sociedade de Classe**

Discutir a centralidade do trabalho é também discutir a constituição das classes sociais e sua conformação na sociedade capitalista madura, esta, como se verifica, alarga os antagonismos sociais e torna desiguais as relações que têm por base as relações de produção, fetichizando as relações entre os Homens. Neste sentido, como se verifica com Antunes e Alves (2004), embora na atualidade se aluda à perda da centralidade do trabalho, tal como a centralidade de Classes, estas ainda se configuram como cerne da Questão Social<sup>3</sup>.

Entende-se que estas são tentativas de respostas a uma série de transformações pelas quais vem passando a economia capitalista mundial nos últimos 40 anos. Verifica-se, portanto, que são tentativas de escamotear as crises estruturais<sup>4</sup> do capital. Neste sentido, reafirmando Araújo e Tavares (2004, p. 3):

---

<sup>3</sup> Entende-se como questão social a relação antagonica, contraditória, dialética e conflituosa surgida a partir do processo de desenvolvimento industrial (1848), em que a classe trabalhadora destituída dos meios de produção, passou a reivindicar acesso a bens e serviço socialmente por ela construída, exigindo do Estado intervenção nas desigualdades sociais, políticas, sobretudo econômica. Entende-se também por questão social, o processo de salto de consciência da classe trabalhadora que qualitativamente a fez se organizar.

<sup>4</sup> De acordo com Mattos (2005), a utilização da palavra crise estrutural é utilizada, pois não é algo estagnado e definitivo, referenciando Chesnais. Mattos diz que o termo demonstra quase que cotidianamente como algumas economias entram em choque com a própria estrutura do capital, ou seja, são manifestações mundiais de um modo de produção que, em si, se constitui e se expressa por contradições econômicas e políticas profundas.

Ao analisar os modos de produção da vida social, desde o período comunal/primitivo, passando pelo modo asiático, feudal, até o atual sistema capitalista, percebe-se que as análises da tradição marxista quanto à centralidade do trabalho na constituição do ser social, não deixam dúvida. O trabalho embora adquira configurações distintas em cada momento histórico, alicerça-se como categoria indispensável à sociabilidade humana, eterna necessidade do homem.

Assim, mesmo tendo o trabalho passado por diversas transformações, este, longe de perder sua centralidade na constituição do Ser Social e da Sociabilidade, expressa sua barbárie na sociedade capitalista. Na atualidade, no contexto de crise de capital iniciado pela onda de 2008 e acirrada com o processo pandêmico, é possível verificar a uberização, pautada pela precarização oriundas do processo de terceirização, quarteirização, desregulamentação do trabalho e do trabalho intermitente. Com este processo envolto pelas reformas trabalhistas e previdenciárias o trabalhador/a, comparecem<sup>5</sup>, como empresário de si mesmo, como empreendedores.

Destarte, *“As interpretações que negam a centralidade do trabalho e as categorias marxianas não são neutras nem inocentes. Ao contrário, além de obscurecerem a exploração capitalista, têm implicações práticas que aprofundam a questão social.”* (ARAÚJO; TAVARES, 2004, grifo nosso)

De acordo com Montaño e Duriguetto (2011), é por meio do trabalho que o Homem pode desenvolver racionalmente sua capacidade teleológica. Ao articular a linguagem e a sociabilidade, o trabalho se põe como categoria fundante. Por ser racionalmente consciente, o Homem<sup>6</sup> tem a liberdade de escolher com que materiais e ferramentas irão exteriorizar/materializar seu trabalho. Entretanto, no modo de produção capitalista, o trabalho passou a ser realizado como atividade criadora de valor passando, portanto, à subsunção<sup>7</sup> do capital.

---

<sup>5</sup> Ricardo Antunes. O Privilégio da Servidão. Boitempo. São Paulo, 2020.

<sup>6</sup> Utilizamos a categoria Homem/ para remissão à humanidade genericamente e, não ao gênero masculino e/ ou aos sexos macho e fêmea.

<sup>7</sup> De acordo com Antunes e Alves (2004, p. 343-344) o termo subsunção poderia, à primeira vista, ser substituído pelo termo “submissão”, já que se trata de expressar a relação que surge quando o trabalhador vende sua força de trabalho ao capital, a ele se submetendo. No entanto, subsunção expressa que a força de trabalho vem a ser, ela mesma, incluída e como que transformada em capital: o trabalho constitui o capital. Constitui-o negativamente, pois é nele integrado no ato de venda da força de trabalho, pelo qual o capital adquire, com essa força, o uso dela; uso que constitui o próprio processo capitalista de produção. O termo “submissão” não ressalta a relação por ter em seu conteúdo certa carga de “docilidade”. Na verdade, nas relações trabalho/capital, além e apesar de o trabalho “subordinar-se” ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando

De acordo com Marx e Engels (1987, p. 4), a sociedade burguesa moderna que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta as quais existiam no passado.

De acordo com Lessa (2007c), se nas sociedades pré-capitalistas as desigualdades e o pauperismo estavam atrelados à escassez de produtos, na sociedade capitalista madura estão relacionados ao próprio modo de produção e circulação.

Para, Marx e Engels (1987), a produção de excedente impulsionou a burguesia a procurar novos meios de expandi-lo e escoá-lo da produção/trabalho. A descoberta da América, a navegação pela África, os mercados da Índia e China, o comércio colonial e os incrementos dos meios de troca impulsionaram o processo revolucionário burguês e de decomposição do sistema feudal. À medida do crescimento que articulou desenvolvimento econômico, político e de produção, crescia também a burguesia que participava do processo revolucionário porque, além de desenvolver as forças produtivas, deixou “aparente” as relações de exploração do Homem.

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção [...] Revelou como a brutal força da idade média, tão admirada pela reação, encontra seu complemento natural na ociosidade mais completa. Foi a primeira a provar o que pode realizar a atividade humana: criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os Aquedutos Romanos, as catedrais góticas; conduziu expedições que empanaram mesmo as antigas invasões e as cruzadas [...] Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação, distingue a época burguesa de todas as precedentes. (MARX; ENGELS, 1987, p. 7).

Como evidencia o Manifesto, a sociedade burguesa pode em pouco tempo revolucionar incessantemente os meios de produção e desenvolver a capacidade teleológica do homem de tal maneira, que este pode “superar” temporalmente seu envolvimento no desenvolvimento de produtos, porém esta revolução tratou de também transformar estes produtos em mercadorias. Com o desenvolvimento da sociedade burguesa, esta passou a propiciar condições de subsidiar as bases para a consolidação do sistema capitalista. Este período denotadamente expandiu o mercado

---

conflitos e oposições ao outro pólo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista.

mundial imprimindo um caráter cosmopolita à produção, uma vez que internacionalizou as indústrias, concentrou e concentra até hoje (grifo nosso) as propriedades<sup>8</sup> em poucas mãos, criando forças produtivas mais colossais e numerosas que todas as gerações passadas em conjunto.

Não obstante Duriguetto e Montañó (2011), afirmam que, quanto maior o desenvolvimento, maior a acumulação capital, porém este não significa maior distribuição da riqueza, antes o contrário. De acordo com Lessa (1997, online), Lukács afirma que:

Por ter ultrapassado historicamente seu período revolucionário, a burguesia não mais produz a melhor teoria, aquela capaz de abarcar, nos limites do desenvolvimento do gênero humano, a totalidade do existente. A burguesia teria se convertido numa classe contra-revolucionária, cuja concepção de mundo (Weltanschauung) não mais poderia ser ciência, apenas deformação do real.

Cabe ressaltar, que esta afirmação feita por Lukács refere-se ao desenvolvimento das forças produtivas na atualidade. Desta forma, evidencia-se que embora a sociedade burguesa represente cultural, econômico e socialmente uma sociedade mais desenvolvida e mais complexa que as sociedades anterior, esta não é em si a única forma de organização social, nem tão pouco a última, mesmo porque, nas palavras de Lessa (1997, online, grifo nosso), “Qualquer concepção de mundo que, tal qual a burguesa, justifique a exploração do homem pelo homem, está impossibilitada de desvendar o «enigma» do mundo em que vivemos.”

Para Lessa, a concepção do mundo burguês não corresponde à realidade, porque sua concepção é de existência em si, tendo suas determinações e finalidades em si, ou seja, nega a concepção dialética e histórica sob a qual o Homem é reduzido ao individualismo que o coloca como um Ser naturalmente competitivo e mesquinho. Esta perspectiva nega as contradições próprias da sociedade capitalista e escamoteia estas contradições, a dicotomização do tipo:

---

<sup>8</sup> Conforme afirma Marx, a divisão do trabalho e a propriedade privada são expressões idênticas. O trabalho relaciona-se à atividade e a propriedade privada, ao produto da atividade, quer dizer, para se desenvolver as forças produtivas, são necessários meios, instrumentos. Assim, no decorrer da existência do Homem, de sua produção e reprodução na sociedade capitalista, qualquer alteração na divisão do trabalho implica alteração nos meios de produção, ou seja, na propriedade privada. (MARX; ENGELS, 1987).

(Estado versus sociedade civil, cidadão versus Estado, possibilidades de democratização do Estado através da superação do seu caráter de classe etc.) que apaixonam e seduzem a mentalidade burguesa porque tais quebracabeças são o único espaço em que esta pode vicejar. Por sua essência, a Weltanschauung burguesa «se detém na superfície dos fenômenos, se atola no imediato e monta ecleticamente pedaços de pensamentos contraditórios para formar um todo. (LESSA, 1997, grifo nosso).

Este pensamento de dualidade e dicotomização na vida cotidiana é que impossibilita a percepção das possibilidades de “superação” das alienações, ou noutras palavras, a saída do imediato para enxergar as contradições e antagonismos desta sociedade e, assim, criar possibilidades de transformação. De acordo com Marx e Engels (1987, p. 8):

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho e, que só encontram na medida em que este (burguês) aumenta o capital. Esses operários constringidos a vender-se diariamente são também transformados em mercadoria, artigo de comércio como qualquer outra coisa; em consequência estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência e da flutuação de mercado.

Marx evidencia nesta passagem dos Manuscritos, o desenvolvimento de uma nova relação social e de produção que se configura no surgimento da classe trabalhadora. Neste sentido, verifica-se que a relação do homem com o trabalho não é mais a que lhe dá sentido à vida. Agora, desprovido da própria relação metabólica com o trabalho (relação corpórea), o homem vê-se coisificado, vê-se como produto, não mais como produtor.

O objeto e o produto do trabalho do homem opõem-se a ele, tornam-se estranhos, com poderes independentes do produtor, pois [...] quanto maior é a atividade desenvolvida pelo Homem, mais ele fica diminuído. A alienação do operário no produto significa não só que o trabalho se transformou em objeto, como também que este assumiu uma existência externa, independente dele, fora dele e estranho a ele. O trabalho se tornou um poder autônomo que se opõe ao homem, “[...] a vida que deu a esse se volta contra ele como uma força hostil e antagônica” (MARX, 2004, p. 596, grifo nosso).

De acordo com Antunes Alves (2004, p. 344, grifo nosso), “Desde a sua origem, o modo capitalista de produção pressupõe um envolvimento operário, ou seja,

formas de captura da subjetividade operária pelo capital, ou, mais precisamente, da sua subsunção à lógica do capital.”

Neste sentido, é com o modo de produção capitalista que o trabalhador necessita vender sua força de trabalho ao capital, estabelecendo uma relação de emprego, uma relação salarial. Essa relação (entre capital e trabalho) longe de realizar a liberdade é uma relação de exploração e alienação.

Quando no Manifesto Comunista Marx diz que apenas a classe proletária é a única classe capaz de transformar a sociedade burguesa, diz isto porque acredita que o próprio acirramento dos antagonismos inerentes à sociedade burguesa é quem cria as bases da revolução operária, uma vez serem estes antagonismos, inerentes à sociedade capitalista burguesa, os que criam condições de “associativismo” dos proletários.

Os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com os outros na concorrência. Por um lado, a classe automiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm assim sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe; tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que da subsunção dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se supera a propriedade privada e o próprio trabalho estranhado (MARX; ENGELS, 1996, p. 84).

Destarte, a divisão do trabalho, a propriedade privada, os meios de produção e as condições objetivas da vida dos indivíduos fazem deles, ainda que não tenham consciência disto, membros de uma mesma classe social em oposição à outra. As classes sociais, portanto, como produtos da divisão do trabalho, caracterizam-se por cercearem a liberdade dos indivíduos pela própria característica de divisão de classe, isto é, na sociedade capitalista os Seres Humanos se dividem entre os que detêm a força de trabalho e os que detêm os meios de produção de acordo com as determinações históricas. Para que esta divisão não seja explicitada e apreendida de forma objetiva e subjetiva, a classe que detém os meios de produção lança mão sobre a superestrutura que irá tratar de reproduzir na vida social e nos indivíduos singulares os interesses particulares da classe burguesa como se estes fossem universais, quer dizer, a burguesia lança mão sobre o Estado.

De acordo com Marx, o Estado é um elemento histórico que nasce do próprio modo como os homens produzem sua vida, quer dizer, pelas condições objetivas e

materiais determinados por cada período histórico. De acordo com Montañó e Duriguetto (2011, p. 83):

Diferentemente das castas e estamentos, as classes conformam grupos sociais não definidos por questões hereditárias (sem ignorar o fato de que nascer numa família de uma ou outra classe condiciona relativamente seu pertencimento futura a ela), nem por leis ou privilégios especiais que as definem (representando uma igualdade formal), remetendo a uma dimensão estritamente econômica, seja pelas diferenças no mercado ou na produção.

Ao citar os estudos de Marx, Montañó e Duriguetto (2011, grifo do autor) afirmam que Marx trata as classes sociais de forma diversificada e inacabada, pois apresenta diferentes determinações dependendo do contexto histórico. Ao partirem da afirmação de Marx, Duriguetto e Montañó afirmam que, para o autor, há um elemento constante nas classes sociais: “[...] em seus estudos, Marx percebeu que, ao longo da história, as classes sociais se constituem pela bipolarização: produtores de riqueza e donos dos meios de produção.” Para Lessa (2006a, online):

Essa determinação ontológica das classes a partir da estrutura produtiva de cada sociedade é o critério decisivo para a distinção entre elas. É nesse terreno que ocorre a delimitação das potencialidades históricas e dos interesses materiais que esboçam o horizonte de cada uma das classes. É ainda neste terreno, que têm fundamentos as impossibilidades ontológicas que cada classe é portadora. Determinar os nexos internos à reprodução econômica de cada função social é, portanto, imprescindível para a identificação das classes enquanto tais e nas suas interações.

Assim, é possível verificar que o que determina a origem das classes sociais é o modo de produção da riqueza (da vida/produção e reprodução social). Como discutido amplamente por autores marxianos, a sociabilidade não se desenvolve num vazio social, mas em condições históricas determinadas. Neste sentido, através da determinação econômica, um grupo que detém a propriedade dos meios de produção e/ou a propriedade da terra<sup>9</sup>, explora, subjuga, oprime o grupo que detém apenas a propriedade da força de trabalho.

---

<sup>9</sup> Montañó e Duriguetto (2011, p. 78) tomando por referência Marx, dizem que, neste processo, a cada uma dessas classes, dada sua propriedade específica no processo produtivo, corresponderá um tipo de remuneração ou renda particular. Assim, o salário, o lucro e a renda fundiária.



Cabe destacar, que “[...] não é a renda que determina a classe, mas o tipo de propriedade no e para o processo produtivo é que determina o tipo e o volume da renda dos indivíduos e das classes” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 87, grifo nosso).

Em relação às classes sociais no modo de produção é preciso notar a “interdependência” das classes, pois como afirma Engels, neste modo de produção os donos dos meios de produção necessitam empregar o trabalhador, assim como este necessita vender tal força de trabalho.

Para Marx (apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 88), na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

Marx deixa evidente que no modo de produção esta relação de antagonismo entre as classes é marcada pela exploração. A classe dominante para fortalecer seu domínio e a subordinação da classe que vende sua forma de trabalho, lança mão de mecanismos de alienação.

De acordo com Montaño e Duriguetto (2011), na contemporaneidade tem havido uma discussão teórica acerca do que sejam as classes sociais. Destacando Braverman (1987), os autores apontam que este, na esteira de Marx, declara haver uma proletarização dos setores da classe média. De acordo com Joyce (1994 apud MATTOS, 2007, p. 23):

Há uma tendência a anunciar a decadência da categoria classe social como categoria histórica. As razões para o anúncio da decadência desta categoria se devem ao fato da decadência econômica e a reestruturação do mundo do trabalho que desintegraram o emprego do trabalho manual que estava relacionado à classe operária tradicional. A ascensão da direita a partir da década de 1970, o recuo da esquerda, bem como do afastamento dos sindicatos das reivindicações sociais, políticas e econômicas dos trabalhadores, o que ocasionou o afrouxamento do domínio da classe e do trabalho baseado em categorias profissionais, não apenas na mente dos acadêmicos, mas também em um público mais amplo. Estas mudanças oriundas na Grã-Bretanha repetiram-se também em outros países, embora a maior mudança de todas tenha sido a desintegração do comunismo mundial e, com ela, a batida em retirada do marxismo intelectual.

Além disto, Montaño e Duriguetto (2011, p. 90) afirmam que com o modo de produção capitalista há a constituição de duas classes fundamentais (capital e trabalho). Entretanto, destacam os autores que a sociedade concreta em seu movimento complexo apresenta multiplicidade e heterogeneidade de outras classes sociais.

Deve-se destacar, que estes dois autores na mesma obra, *Estado, Classes e Movimentos Sociais*, afirmam que “[...] não é a renda que determina a classe, mais o tipo de propriedade no e para o processo produtivo é que determina o tipo de volume e renda dos indivíduos e das classes sociais” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 87, grifo nosso). Assim, continuam: “[...] isto aponta para um erro comum quando se fala de classes; geralmente esta é caracterizada meramente pelo poder aquisitivo, pela capacidade de consumo, como classe alta, média e ou baixa.”

Destarte, afirmam Montaño e Duriguetto (2011), que o uso da categoria classe utilizado para designar o poder aquisitivo é equivocado, porque esconde a constituição das classes no modo de produção capitalista. Assim, classes alta, média ou baixa referem-se, portanto, ao setor socioeconômico (definido na esfera do mercado pelo poder aquisitivo) e à classe social (determina na esfera produtiva o papel desempenhado no processo produto), donos dos meios de produção e donos da força de trabalho. Braverman e Mattos destacam que para alguns teóricos a discussão sobre classe se desenvolve a partir de argumentos que objetivam decretar o fim da centralidade do trabalho, utilizando-se, para tanto, da proletarianização das “classes médias” ou da pluralidade/ diversidade na composição das classes sociais.

Na atualidade, as classes sociais estão inscritas ou são perpassadas por reivindicações e lutas próprias, como exemplo organização das mulheres, negros ou homossexuais. Esta categorização das reivindicações sociais tem feito alguns autores decretarem o fim das classes sociais. Braverman e Mattos tentam, portanto, chamar atenção não para o surgimento doutras classes, mas para o fato de que no processo de reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, há uma tendência do capital em absorver o conflito que é próprio e inalienável do modo de produção capitalista, ou seja, a exploração do homem pelo homem para extração da mais valia é refletida como se estivesse apenas através da segmentação dos trabalhadores, dando lhes a condição e opção pela liberdade (lutar pela sua especificidade), isto é, objetivando escamotear a luta de classes.

De acordo com Paulo Netto<sup>10</sup>, a sociedade não é uma entidade de natureza intencional ou teleológica e, portanto, existente em si. No entanto, os homens e mulheres, ao contrário da sociedade, sempre atuam teleologicamente. Isto significa que as ações humanas são sempre orientadas por objetivos e implicam, portanto, num projeto pessoal, individual e/ou coletivo.

## ***1.2 Reprodução Social e a Opressão de Gênero***

Tomando como pressuposto a asserção marxiana, segundo a qual a história é resultado exclusivo da ação dos homens e que, por isso, está ao alcance da humanidade tomar a história em suas mãos, chega-se ao ponto em que se verifica que a discussão sobre a constituição da identidade de gênero, embora seja muito atual, se pauta desde o princípio por uma constituição histórica.

A perspectiva das relações de gênero dentro de um contexto histórico determinado facilita a compreensão nas relações de gênero nas atribuições dos papéis (feminino e masculino) que se conhece hoje, pois se a categoria trabalho é fundamental para apreensão de como se constitui o Ser enquanto Ser Social e por meio deste desenvolve-se a sociabilidade a tal ponto que se chega hoje, a categoria História é pressuposto para a compreensão de que as mulheres, enquanto categoria social, não se mantiveram alheias ou à margem da história como muitos teimam em proclamar. Ao contrário, verifica-se neste como historicamente, por meio da reprodução social, a história da humanidade fora escamoteada à história do gênero masculino. Segundo Lessa (1994, online):

O caráter radicalmente humano desta historicidade: a trajetória global do gênero humano, a sua história, é o resultado concreto da reprodução social, uma síntese peculiar que converte em totalidade e em individualidades as incontáveis e distintas ações dos indivíduos singulares [...] Para Lukács, portanto, não há nada semelhante a uma "natureza" humana dada ahistoricamente, de uma vez para sempre, nos moldes de Rousseau ou do senso comum da cotidianidade contemporânea (Lukács, 1979, p.14; e tb. Lukács, 1976-81, vol II\*, p. 269-74-CLXV-CLXXII). O homem não é necessariamente bom ou mau, sua história não está traçada a priori

---

<sup>10</sup> O objetivo é imbuir às expressões da questão social a natureza da questão social em si: José Paulo Netto (1999, p. 1), “[...] constituiu um dos primeiros materiais para a discussão acerca do “Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro”, sendo posteriormente reeditado em Portugal (HENRÍQUEZ, 2001) e difundido também na América Latina (Borgianni, Guerra e Montañó, orgs., 2003). Para a presente edição, foram feitas pequenas alterações formais e uns poucos acréscimos bibliográficos.”

por uma força ou tendência pertencente a uma sua essência mais profunda, a qual apenas de modo superficial e transitório seria tocada pela história. Muito pelo contrário. Ao longo de toda a sua Ontologia, cada parágrafo é a reafirmação da radical historicidade e sociabilidade do ser humano.

Destarte, a história das mulheres é a própria história da humanidade, certo de que com muitas particularidades, mas desenvolvida a partir das determinações históricas. Portanto, devem ser analisadas e apreendidas de acordo com cada período histórico e em cada momento de desenvolvimento das forças produtivas, como sujeitos da própria história e não como meras expectadoras e/ou vítimas.

Assim, a apreensão desta categoria social (gênero/feminino) compreendida a partir da categoria história engendra, neste estudo, o desvinculamento e/ou a não concordância com as idéias postuladas por muitos estudiosos das relações de gênero que defendem uma relação de continuidade (inferioridade, subordinação e opressão) do gênero feminino em detrimento do masculino que aloca as mudanças e movimento nestas relações como oriundas de fenômenos<sup>11</sup>, parafraseando Lukács, necessariamente transitórios e efêmeros<sup>12</sup>.

Este estudo toma por referência, para a compreensão da realidade sob a qual se estabelecem as identidades femininas no campo, as categorias historicidade e continuidade, pois estas estão permeadas por aquilo que fora analisado e defendido por Marx e Lukács, como “[...] *substancialidade cuja continuidade não se contrapõe ao devir, cuja permanência enquanto ser se constitui em permanente evolução do processo de sua auto-explicação; cuja essência, em suma, se consubstancia no próprio devir do qual é a Essência*” (LUKÁCS, 1979b, p. 78, grifo nosso).

Malgrado, a história das mulheres, sua participação no desenvolvimento da sociedade capitalista e a compreensão desta categoria social na constituição dos complexos sociais (como a Família, por exemplo) devem ser analisadas para além do aspecto natural da mulher (gênero feminino) no processo de reprodução biológica, porque mesmo este é por esta sociedade tomada para além do aspecto natural, torna-se como será visto abaixo, um aspecto econômico e social. Portanto, a relação de

---

<sup>11</sup> Exemplo disto são os diversos movimentos de defesa da mulher e as “Ondas” as quais pertencem.

<sup>12</sup> Para Lessa (mímeo), Essência e Fenômeno, portanto, se distinguiram como diferentes níveis do Ser e, esta diferenciação, seria dada por uma maior ou menor "realidade", por uma menor ou maior participação no Ser. Essência e Fenômeno, continuidade e historicidade, ser e devir. Deste modo, são contrapostos enquanto mais ou menos reais, mais ou menos "essenciais" ou "aparentes".

continuidade aqui é mediatizada pela capacidade teleológica, porque é antes de tudo consciente, quer dizer:

[...] a continuidade social se constitui num processo de acumulação - - que, por sua essência, só pode se desdobrar pela mediação de um órgão como a consciência --, no qual as experiências passadas são não apenas acumuladas, mas também confrontadas com as exigências e desafios colocados pelo passado e pelo presente, pelas novas demandas e tarefas que a vida, sem cessar, coloca aos homens. (LESSA, 1994, online).

De acordo com Lessa (1994, online, grifo nosso), “[...] acima de tudo a continuidade social pode se elevar a um ser-para-si impossível à continuidade natural: o ser humano é o único que pode se reconhecer na sua própria história, o único que tem a possibilidade de modificá-la conscientemente.”

Assim, verifica-se que, partindo do estudo das relações de gênero desde a era primitiva<sup>13</sup>, homens e mulheres atuavam de forma igual com objetivo de reprodução e/ou proteção da própria espécie. Isto porque, nesta fase, as forças produtivas eram pouco desenvolvidas, havia forte dependência para com a natureza e, a manutenção e/ou perpetuação da vida humana, dependia da capacidade de procriação. Nestas sociedades, a criação das crianças não estava direcionada como atividade exclusiva do pai ou da mãe, mas de todos os adultos.

O Estudo de Engels (1979) em “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*”, afirma que são as especificidades das características da sociedade primitiva que levam o homem a desenvolver sua sociabilidade, pois naquela época se não se unissem para “[...] potencializar sua força individual na concorrência com outros animais, os homens (indivíduos “racionais”) seriam predados.” Para o autor, fora no interior da vida gregária que o trabalho surgiu e se desenvolveu e, foi através dele, que a sociedade se transformou.

São as transformações no mundo da produção, quer dizer, na maneira como se produz o necessário para sobrevivência, que são criadas, gestadas e transformadas as relações sociais, inclusive as de gênero. Homens e mulheres nascem com características físicas e biológicas diferentes, mas são por meio dos processos de socialização que estas diferenças se tornam desigualdades.

---

<sup>13</sup> Leonor Leacock. Mitos da dominação masculina. (ainda não publicado no Brasil)

Neste processo, evidencia-se que quanto mais desenvolvidas as forças produtivas, que exigem cada vez “menos esforço” articulado ao desenvolvimento individual e das sociedades através da geração do excedente, tanto mais este processo será ao mesmo tempo responsável pela alienação e estranhamento do Homem consigo e com o produto de seu trabalho.

Anterior a este processo, a organização e divisão do trabalho se dava de forma igual, nas tarefas de criação dos filhos, no preparo dos alimentos, no cuidado com os idosos, etc. Não havia atividades femininas ou masculinas “[...] muitas vezes as atividades eram coletivas e envolviam pessoas de ambos os sexos e de todas as idades. [...] Muitas vezes as tarefas eram divididas segundo fatores biológicos, naturais e muito pouco sociais.” (LESSA, 2010, grifo nosso)<sup>14</sup>

As sociedades primitivas, portanto, se configuravam como sociedades sem classes, sem exploração do homem pelo homem, baseadas na cooperação. Cabe destacar que a organização da sociedade primitiva não se pauta por qualquer tipo de escolha moral<sup>15</sup>, tal como também não se pauta a sociedade burguesa atual, antes, porém, foi o próprio desenvolvimento do trabalho enquanto categoria fundante do ser social, ou seja, a relação de intercâmbio do Homem com a natureza para suprir suas necessidades e a geração de outras (novas) necessidades e habilidades, que fez com que a sociedade se transformasse. O próprio desenvolvimento dos meios de produção e de subsistência, que teve início na sociedade primitiva, fez com que a própria “natureza social dos Homens” se transformasse.

O surgimento do trabalho excedente neste período está relacionado à carência na produção para suprir as necessidades, porém é a “[...] articulação entre o trabalho excedente e a carência que funda as necessidades históricas da exploração do homem pelo homem” (LESSA, 2010, online, grifo nosso). É a partir do excedente que surgirá a dominação de uma classe (proprietários dos meios de produção) sobre a outra (trabalhadores que vendem sua mão de obra).

A fase da apropriação privada dos meios e formas pelas quais se objetiva a (re) produção da vida social, o *Trabalho* se realiza de modo a negar suas

---

<sup>14</sup> Os estudos de Lessa são consoantes com o que afirma Muraro (2007; 1993).

<sup>15</sup> De acordo com Barroco (2008), embora a sociedade burguesa não tenha nascido da vontade pessoal de um indivíduo ou de um grupo, na sociedade capitalista atual, a burguesia lança mão sobre o ethos burguês para manter algumas determinações que atuam sobre o indivíduo (trabalhador). Segundo a autora, exemplo disso são as leis, a ciência, a arte, o próprio trabalho, dentre outros.

potencialidades emancipadoras, invertendo seu caráter de atividade livre<sup>16</sup>, consciente, universal e social.

Os meios de trabalho não só são mediadores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humano, como também indicadores das condições sociais nas quais se desenvolve o trabalho. De acordo com Lukács (1979a grifo nosso), diferente da vida orgânica, cuja preservação da própria espécie prescinde a reprodução em sentido restrito e específico, a reprodução do Ser Social prescinde os atos de trabalho que, de acordo com o autor, são “[...] *necessários e contínuos, remetem para além de si mesmo.*”

Para Lukács, embora as transformações na constituição do Ser Social impliquem mudanças internas e externas e estas tenham frequentemente durado dezenas de milhões de anos e, que no curso de cada uma delas ocorreram mudanças nos instrumentos e nos processos de trabalho, todos estes (processos) culminaram em transformações qualitativas, embora de modo desigual, significando em sua totalidade um salto que consistiu:

[...] fato de que o trabalho teleologicamente, conscientemente posto, contém em si, desde o início, a possibilidade de produzir mais do que o necessário para a simples reprodução daquele que realiza o processo de trabalho [...] esta capacidade do trabalho ir, com seus resultados, para além da reprodução do seu executor, cria a base objetiva da escravidão.” (LUKÁCS, 2010b).

No capitalismo, o trabalho tem dupla determinação. De um lado, para responder às especificidades concretas de produção enquanto processo-técnico material, no processo de objetivação do trabalho são produzidos meios de produção, matéria prima e auxiliares e, por outro, para desenvolver a sociabilidade (relações sociais) nesta sociedade, “deve” superar a produção para satisfação das necessidades

---

<sup>16</sup> A noção de liberdade aqui é entendida enquanto livre capacidade teleológica, pois se é através desta que o homem ao transformar a natureza, transforma-se a si numa relação de objetivação/exteriorização em que se procede a própria exteriorização humana, entende-se que neste processo o homem encontre sempre alternativas e pode escolher. A escolha entre alternativas concretas se configura como exercício de liberdade que, de acordo com Paulo Netto (2011), supõe a capacidade humana de pensar, conhecer, projetar, objetivar e escolher. Supõe, portanto, a capacidade de se desprender do dado imediato, das singularidades. Supõe a capacidade de universalizar. De acordo com Barroco (2010), o ser humano cria alternativas abrindo possibilidades de escolha entre elas, porém, para a autora, sempre atrelado a um valor (bom ou mau, bonito ou feio), mas não necessariamente de um valor moral.

sociais e produzir riqueza/reprodução ampliada do capital, ou seja, o trabalho deve ser criador de valor<sup>17</sup>.

Destarte, a produção de valor e produção de excedente, mediante a apropriação do trabalho não pago, é a própria condição de desenvolvimento concreto da mais-valia. Isto só é possível porque o pressuposto da existência da sociedade capitalista burguesa é o trabalhador livre. Esta liberdade não é a mesma de que discute Barroco (2010), ou seja, liberdade plena, que eleva o ser humano a sua genericidade. Aqui, ela é apreendida no sentido de liberdade enquanto indivíduo separado das condições de seu trabalho, isto é, capacidade do indivíduo estabelecer na relação de intercâmbio com a natureza, os meios e instrumentos capazes de suprir suas necessidades mais vitais. Daí, quando despossuído dos meios de vida necessários à sua reprodução e a de sua família, o trabalhador “livre”, para sobreviver, vê-se constrangido a vender sua força e capacidade de trabalho inscritos em sua corporalidade física e mental, juntamente com sua energia vital, à um determinado período e tempo.

Lukács, retomando Engels, destaca que o lugar das mulheres na vida social depende do fato de que o aumento da riqueza atribua funções econômicas ao homem, ou seja, com o advento da sociedade capitalista o patriarcalismo, através do estabelecimento do casamento monogâmico, se fortalece constituindo como norma social. Isto é verificado, de acordo com Lukács (1979, grifo nosso), com as mais recentes pesquisas etnográficas: “[...] *as formas de relação biológica tão elementar como a sexual são, em última análise, determinadas pela estrutura social que se tem no respectivo estágio da reprodução.*”

Para Branca Moreira Alves (1980, p. 38), a opressão da mulher não tem origem na sociedade de classe, mas assume, através das sucessivas transformações no mundo do trabalho, novas características, as quais com o advento da sociedade capitalista se enraízam. Para a autora, a sociedade capitalista se apropria da função reprodutora (feminina) e manipula as relações de gênero. “A necessidade de garantir a primazia e segurança da paternidade levou o sexo feminino ao julgo secular.”

Neste processo de divisão e diferenciação entre trabalho (divisão sexual do trabalho), aos homens se destina o trabalho externo e fora do lar e, às mulheres, os

---

<sup>17</sup> Como não se pretende aqui fazer uma análise da teoria crítica postulada pelas ferramentas analíticas Marxianas, sugere-se a leitura de Marx (1971; 1974; 1977; 1975); Netto (1982; 1983; 2009); Lessa (2009); Yamamoto (2008; 2009; 2010) e Lukács (1972).



afazeres domésticos, atribuindo ao homem, o espaço público (valorizado) e, à mulher, o espaço privado (desvalorizado e/ou espaço banal, onde se forjam os processos de naturalização da opressão de um gênero/masculino em detrimento do outro/feminino)<sup>18</sup>.

Em relação à análise das relações de gênero, partindo da constituição e consolidação da sociedade capitalista burguesa é possível verificar que a institucionalização do casamento monogâmico tratou de disciplinar a mulher por meio da dicotomização público x privado. Esta dicotomização estabeleceu espaços, papéis, formas de atuação e participação dos gêneros (feminino e masculino).

Partindo desta perspectiva é possível verificar que, historicamente, esta dicotomização público x privado privilegiava o campo de atuação masculina, haja vista desde a constituição das polis o homem ocupar o espaço público, espaço de fazer política e, a mulher, a ocupação do espaço privado (lar).

Com a divisão social do trabalho, esta dicotomização (público x privado) passou a ser necessária para que os corpos, tanto de homens quanto de mulheres, fossem modelados para responderem às necessidades do mercado (modo de produção capitalista), isto é, “[...] *criar relações puramente sociais em que, através da capacidade teleológica, fosse suscitada nas outras pessoas a vontade de operar determinadas posições teleológicas*” (LUKÁCS, online, grifo nosso).

Assim, aos homens foram “oferecidas” as possibilidades de desenvolverem certas capacidades teleológicas que não foram oferecidas às mulheres. Estas capacidades são tomadas a fim de uma funcionalidade. Isto significa que foram ultrapassadas as “meras” necessidades biológicas, constituindo um caráter especificamente social. Desta forma, houve uma “evolução” na sociedade que fez com que esta se desenvolvesse a ponto de alcançar algum tipo de disciplina, adquirindo caráter mais ou menos institucional, ou seja, num sentido em que o homem predominou sobre a natureza e sobre outros homens.

Neste processo de complexificação social, a família comparece como o lócus de reconciliação entre o homem e a mulher. O monogâmico surge como conveniência que não mais se baseia em condições naturais, mas em relações e condições econômicas.

---

Para Branca Moreira Alves (1980), o casamento monogâmico surge para atender aos anseios do patriarcado e à institucionalização da primazia da paternidade com o reconhecimento da existência de um vínculo entre o filho de uma determinada mulher e um homem. Isto dá origem às “funções especificamente femininas” da castidade e virgindade e aos diversos mitos relacionados à sexualidade, naturalizando assim, os papéis femininos. Assim, pode-se dizer que as bases que “forjam” o casamento monogâmico são as bases das necessidades da nascente sociedade burguesa.

Lessa (online) afirma que;

[...] o casamento monogâmico (bem como o Estado e a Propriedade Privada) foram mediações as mais adequadas ao desenvolvimento acelerado das forças produtivas [...], foi a mediação mais importante na configuração das individualidades em toda a história ao contribuir decisivamente para que nos tornássemos as pessoas masculinas e femininas que somos hoje.

Tomando por referência Lukács, que o desenvolvimento histórico da humanidade apresenta três grandes tendências: 1) O desenvolvimento das capacidades humanas em retirar da natureza o que necessita, o que significa que, para produzir os meios de produção e de subsistência, a humanidade precisa dedicar cada vez mais menos horas de trabalho. Neste sentido, o autor destaca “[...] que o trabalho está cada vez mais produtivo – e não significa que o trabalho está deixando de ser a categoria fundante da sociedade.” 2) Com o desenvolvimento das forças produtivas os eventos naturais exercem uma interferência cada vez menor no desenvolvimento da humanidade – “[...] o desenvolvimento da humanidade é, portanto, o afastamento das barreiras naturais”. 3) Com o desenvolvimento da sociedade e da complexidade das relações de produção e sociais, o surgimento de novos complexos sociais fez com que “[...] de sociedades pequenas e heterogêneas evoluíssemos para relações sociais capazes de articular os destinos de todos os indivíduos em uma mesma e única história universal – o que apenas foi possível pelo desenvolvimento das forças produtivas.”

Embora esse processo não tenha ocorrido de modo uniforme, pois cada região do planeta experienciou de uma forma particular e determinada um conjunto de elementos comuns. O primeiro desses elementos, segundo Lessa, é a relação dos indivíduos com o trabalho. Há introdução do controle e vigilância sobre aqueles que

transformam a natureza nos meios de produção e de subsistência. O segundo é a violência.

Destarte, para que a sociedade capitalista se tornasse forte e consolidasse suas bases foi necessário o nascimento da força pública. Esta é apreendida por Lukács como necessária à sociedade capitalista, pois os antagonismos de classe se acirram fazendo com que o Estado, no interior da agudização dos conflitos sociais, assuma o comando, uma vez que a própria dinâmica complexa em que se desenvolve a sociedade exige esta “intervenção”.

[...] à medida que o ser social for se sociabilizando, o domínio absoluto da mera força se atenua, ainda que nunca desapareça completamente na sociedade de classes, pois, quando os antagonismos de classe já adquirirem formas mais medidas, reduzir a regulação do agir ao puro uso da força significa chegar, sem mais, a destruição da sociedade. Neste ponto deve assumir o comando aquela complicada unidade de força explícita e força disfarçada, revestida com as vestes da lei que ganha forma na esfera jurídica. (LUKÁCS, 1981, v. 2, p. 207).

Assim, a classe dominante para legitimar as relações de poder e de exploração na classe dominada, cria formas e mecanismos para que cada indivíduo internalize sua condição e não perceba a exploração. O poder da classe dominante é a riqueza produzida pelos trabalhadores e que deles é expropriada pela violência. Tal riqueza, alienada dos trabalhadores, é a propriedade privada. “*É o trabalho que produz a propriedade privada – e não o que é necessário para atender às necessidades humanas – é o trabalho alienado*” (LESSA, 2010, online, grifo nosso). Assim, o processo sob o qual se objetiva a violência sob o trabalhador também é um processo subjetivo, sua materialidade se efetiva no cotidiano na vida do trabalhador de modo “sutil”.

Entretanto, mesmo que esta violência seja mascarada, não impede que haja reação por parte das mulheres/trabalhadoras. Lessa (2010, online, grifo nosso), tomando por referência Alcântara (2005) e Lukács (1981), diz que “[...] todos os processos alienantes que brotam da propriedade privada tem em comum o fato de tornarem impossível aos indivíduos a eles não reagirem de algum modo.” Assim, verifica-se que a violência é um processo intrínseco à sociedade burguesa, ou seja, aos meios de produção e reprodução social, em que de um lado estão os trabalhadores coagidos a venderem sua força de trabalho – executam o trabalho alienado - e, do

outro lado, os donos dos meios de produção, muitas vezes também exercendo a execução do trabalho intelectual.

Para Branca Moreira Alves (1980, p. 39):

Na medida em que na sociedade capitalista a contradição principal é a de classe, e que a ideologia dominante legitima as contradições secundárias para acirrar uma exploração, cuja origem é a contradição de classe, é evidente que a condição de classe exerce uma influência marcante sobre as atitudes individuais. O fato de ser mulher não elimina por si barreiras de classe.

Dentro deste contexto, a violência sobre o gênero feminino se reflete através da instituição do casamento monogâmico, pois torna-se imprescindível à reprodução da sociedade de classe, tal como o Estado, a propriedade privada e as classes sociais. Nesta desta perspectiva, tanto a mulher burguesa, quanto a mulher trabalhadora, não conseguem se compreender enquanto categoria social, ou seja, não compreendem sua identidade de gênero, pois embora estejam sujeitas às mesmas condições de objeto, de ser humano incompleto, apesar das suas diferenças de classe, internalizam ambas a opressão do sexo.

De acordo com Branca Moreira Alves, é evidente o aleijamento das mulheres enquanto categoria, pois elas (mulheres) ficam impossibilitadas de criarem uma visão de mundo próprio, cabendo aos homens atividades que garantam a produção da sociedade. A estes estarão destinadas as tarefas ligadas à economia, ao direito, à política, à religião, à arte, à filosofia, ao comércio, à guerra. Instaura-se, assim, uma dicotomização entre público e privado (entre espaço político e espaço doméstico). Tem-se a dicotomização e/ou atomização homem x mulher. Esta atomização contribuiu para mascarar a opressão exercida sobre as mulheres.

Para que tal situação seja superada, Branca Moreira Alves aponta para a articulação entre identidade e categoria de gênero, pois enquanto as mulheres não se articularem enquanto tal, ou seja, reconhecerem a centralidade da sua condição de reprodutora, estas continuarão sedentarizadas e restritas em sua humanidade.

## ***2. Dicotomização Público – contribuições para análises pandêmicas.***

A análise e discussão sobre o espaço público e as formas de acesso a ele, têm sido moduladas a partir de um entendimento predominantemente masculino. A própria discussão e análise das relações de gênero somente emergiram nas ciências (sociológicas, econômica, antropológica e histórica, etc.) a partir de 1960. Esta emergência se originou do próprio movimento da realidade em que as mulheres, reivindicando melhor qualidade de vida e de trabalho, passaram a se organizar, reivindicando e dando visibilidade às expressões da questão social que especificamente insidiam sobre elas. Assim, passaram a buscar seus direitos e cidadania.

De acordo com Brito (2001, p. 291), desde a Grécia Antiga a cidadania era concebida como:

[...] um atributo de homens livres, que seriam as pessoas aptas para as atividades políticas, ficando as mulheres, os servos e os escravos relegados a um lugar à margem dos assuntos de interesse público. Historicamente, a construção das identidades de homens e mulheres se tem configurado a partir da dicotomia entre as esferas pública e privada, com atribuições de papéis, atitudes e valores previamente definidos segundo modelos naturais.

Esta concepção de cidadania se ratificou com o estabelecimento da sociedade de classe frente ao modo primitivo de produção capitalista, pois foi a partir dele que a dicotomização público x privado lançou a mulher longe da vida pública. Como mencionado acima, somente a partir da década de 60 do século passado que se voltou a questionar o papel da mulher na constituição da história da humanidade.

De acordo com Lessa (2010), a literatura contemporânea tem tido relevante contribuição no sentido de relatar a presença das mulheres na vida social. O autor aponta que de Penélope, na Grécia, passando por Heloísa de Abelardo, as mulheres foram convertendo os lares em territórios nos quais os homens eram vistos como Senhores (patriarcais), para um território cuja administração retirava das mãos masculinas o poder, mesmo que este sob o exercício feminino o representasse.

Este poder, de acordo com Lessa (2010, online, grifo nosso), mesmo que legitimando a “superioridade” masculina, afirmava a identidade da mulher, pois “[...] empossada do poder delegado, pode servir de contrapeso ao poder do senhor quando se tornar necessário.” Continua o autor:

As esposas ocupam o lugar de intermediário entre o pai, os criados e as crianças. A riqueza afetiva da relação dos pais com as crianças é

rebaixada na mesma proporção em que é hipertrofiada a relação da esposa com as crianças. Com a alienação de todos envolvidos [...] Aos maridos, por sua vez cabe a alienação simétrica. Encarregados das tarefas de que dizem respeito à produção da riqueza material, tem em seus lares mais uma das manifestações do poder que brota da propriedade privada. Recebe dos filhos e da esposa aquilo que sua propriedade possibilita receber: respeito ao poder e não à pessoa [...], sua casa se torna um terreno inóspito e estranho, ele lá habita, não pelas relações pessoais que estabeleceu, mas pela relação que a esposa e os filhos estabelecem com propriedade da qual é guardião. (LESSA, 2010, online).

Assim, de acordo com Raichelis (2007), a dicotomização entre público e privado é aprofundada e naturalizada pela ideologia burguesa, lançando mão sobre esta para naturalizar e radicar o domínio cultural e ideológico da sociedade burguesa. Cabe destacar que este processo não é algo transparente ou apreendido na vida cotidiana pelos trabalhadores.

Ao contrário, este processo é velado e introduzido disfarçadamente sob a forma de leis, política, ética, cultura, dentre outros. Para a autora, esta articulação dual (público/privado) privilegia a ascendência burguesa. Esta passa a valorizar a intimidade e a família (separa a vida pública = política/ da vida privada = doméstica) preservando a esfera íntima<sup>19</sup> com objetivo de se diferenciar das classes populares, o que modifica drasticamente a esfera pública.

Esta concepção dual apresentada e apreendida na sociedade capitalista madura atual, só favorece a fragmentação do entendimento da realidade social sob a qual se inscrevem os trabalhadores, contribuindo para mitificação da realidade e a fetichização das relações de produção e reprodução da vida social.

De acordo com Gramsci (apud COUTINHO, 1996), o Estado é dividido em dois segmentos: sociedade política, que compreende os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial-militar, e sociedade civil, conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias que compreende o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, os meios de comunicação, etc.

---

<sup>19</sup> Entende-se que a esfera da vida íntima a qual se reporta a autora seja a família burguesa, isto é, a instituição do casamento monogâmico como modelo a ser seguido, pois é a partir da constituição deste como norma que também será normatizado e instituído o direito à propriedade privada, a partir do direito à herança (ENGELS, 1979).

Simionatto (2004) referenciando Gramsci diz que não há hegemonia ou direção política e ideológica sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social. Embora ainda não se tenha aqui abordado este tema em específico, faz-se necessário este percurso, pois para compreensão da formação da sociedade capitalista burguesa e sua interferência nas relações de gênero é necessário a compreensão da relação dialética entre sociedade política e sociedade civil, uma vez que é nesta esfera que as diferenças são transformadas em desigualdades nas relações entre homens e mulheres. O espaço privado (lar) será preterido em relação ao espaço público (político). O primeiro, desvalorizado, será renegado à mulher. O segundo, valorizado, será destinado ao homem. De acordo com Simionatto (2004), a negação da relação dialética<sup>20</sup> (público/privado) escamoteia a relação entre sociedade civil e Estado.

Entende-se, então, que também significa a manutenção da regulação do Estado sobre a vida da sociedade. Esta regulação se faz presente sempre que há momentos de crise e que o Estado, para amenizar as relações de conflito, lança mão da força, mas também dos aparelhos da sociedade civil para obter o consenso acerca de seus atos (cita-se a família como uma destes aparelhos).

Diante do exposto, afirma-se que a visão dicotomizadora das relações de gênero (público x privado) é equivocada, pois não é possível dicotomizar as relações sociais sob as quais também se inscrevem as relações de gênero, primeiramente porque esta dicotomização negligencia a complexidade em que se “forjam” as relações sociais, segundo porque na sociedade capitalista madura atual, a relação público/privada não é dicotomizada.

A opressão/subordinação/exploração na sociedade capitalista compõem a corporalidade da mulher. Assim, compreender a importância da reprodução biológica na qual o sujeito ativo/passivo é a mulher é compreender a reprodução enquanto mediação da totalidade sob a qual se inscrevem as relações de gênero (feminino).

---

<sup>20</sup> Ressalta-se que negar a dialética é tomar uma posição equivocada sobre a questão (público/privado), por isso, destaca-se que dialética não é igual à dicotomização. De acordo com Simionatto, a reflexão gramsciana sobre o social e o político é, atravessada pelo princípio da totalidade, evidenciando que essas duas esferas não são tratadas desvinculadas do fator econômico, ou seja, da relação entre infraestrutura e superestrutura. Desde já é importante lembrar que, embora não haja em Gramsci uma densa tematização das determinações econômicas do capital, ele não entende a política como simples reflexo da economia, mas como esfera mediadora entre a produção material e a reprodução da vida humana. Não é, assim, o predomínio das questões políticas, econômicas ou culturais que explica a realidade social, mas antes o princípio da totalidade, que leva em conta as especificidades e determinações desses momentos parciais e seus encadeamentos recíprocos. (SIMIONATTO, online).

Para Carlatto (2001), a produção da existência humana tem por base biológica implicações da intervenção conjunta dos dois sexos (machos e fêmeas). A produção social da existência em todas as sociedades implica a conjunta atenção dos gêneros masculino e feminino. Cada gênero representa uma particular contribuição na produção e reprodução da existência que, de acordo com Marx, é determinada historicamente, independente da vontade de cada gênero.

Estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica e política, sob a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Não é a consciência dos homens o que determina a realidade, ao contrário, a realidade é que determina sua consciência. (Marx apud IZQUIERDO, [1999]).

Malgrado, a constituição das mulheres enquanto categoria gênero<sup>21</sup> não reduz as opressões e dominações a que estão expostas como sujeitos desta categoria. O modo de produção capitalista, que tem por base a sociedade burguesa, determina de modo desigual a responsabilidade na produção e reprodução social da existência e, esta distribuição ou divisão, têm por base o sexismo, o racismo e a classe.

Assim, destaca-se que a ocupação da mulher no espaço privado se deu de forma “obrigatória”, pois lhe fora atribuído o papel de reproduzir biologicamente e socialmente para (re) composição da força de trabalho. “Dá-se, pois, uma assimilação das duas funções – aquela que é efetivamente material e aquela que é uma atribuição social – como se ambas fossem naturais” (SOUZA-LOBO, 1981, p. 43, grifo nosso).

Destarte, Souza-Lobo (1991) coloca que a naturalização da reprodução biológica é algo de grande importância para a análise das relações de gênero com o trabalho. Para a autora, ao naturalizar a reprodução biológica e imbricá-la à reprodução social, está-se imbricando público e privado, antes dicotomizado. Como anteriormente mencionado, a dicotomização público e privado compõe a ideologia dominante que atribuiu o espaço privado (lar) à mulher - esfera de reprodução

---

<sup>21</sup> De acordo com Carlatto (2001, online), na contemporaneidade, a utilização da categoria gênero tem sido utilizada a fim de responder parâmetros acadêmicos, culturais e sociais, pois a categoria sexo não representava na totalidade as situações particulares vivenciadas pelo conjunto de mulheres. “Assim a noção de gênero adquire duplo caráter, de um lado funciona como categoria descritiva da realidade social, conferindo visibilidade às mulheres e referindo-se às diversas formas de opressão e discriminação (tanto material, quanto simbólica) e, de outro, como categoria analítica favorece a interpretação e a leitura dos fenômenos sociais.”



biológica que objetivou a reprodução social- e espaço público (político) ao homem - espaço de produção e reprodução da vida social.

Esta dicotomização apenas surge para forjar e/ou naturalizar as bases superestruturais e estruturalistas da sociedade burguesa, dividindo em partes uma totalidade que não se pode dividir. Isto, para a sociedade burguesa, apenas serve para tornar tanto os homens quanto as mulheres estranhos e alienados a si e entre si.

Para Branca Moreira Alves (1980, grifo nosso), tomando por referência Engels, “[...] na família o homem é o burguês e a mulher representa o proletário”, esta afirmativa, segundo a autora, é mais que uma analogia ou alegoria. Esta referência aponta para a existência de uma categoria social cuja exploração não se esgota por sua inserção nas relações de produção, mas que tem como condicionamento básico o seu papel na família. Neste sentido, verifica-se que a discriminação de sexo na sociedade capitalista se concretiza por meio da apropriação do corpo da mulher.

Segundo Netto (2011 e p. 4), analisar a produção e reprodução social premida apenas pela perspectiva econômica é um reducionismo que nós marxistas não podemos nos deixar seduzir, neste sentido, as dimensões culturais e simbólicas, devem ser consideradas, visto que ao desconsiderá-las podemos incorrer num segundo equívoco, o determinismo evolucionista, que a experiência histórica já nos evidenciou não superar as manifestações patriarcais e racistas.

Ao retomar os escritos iniciais da vida de Marx, como a *“Questão Judaica e Para Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”*, segundo Netto (2011) sem preconceito, Marx parte de elaborações anteriores e passa a analisá-las, mas, não afim de destruí-las, ou ratificar posicionamentos dualísticos, binarizantes, ao contrário, seu exame parte da *“racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites - ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (Netto, 2011. P. 18).*

O Estado enquanto mediador das relações de produção e reprodução social, permanece intacto, não mais luta de classe, socialismo, humano genérico, tudo se petrifica um aqui e agora, que enclausura-nos numa mordada invisível em que todos podem falar, as vezes ao mesmo tempo, entretanto sem que nos escute.

Intentamos evidenciar neste breve artigo, como aspectos e princípios por nós profissionais do serviço social, estão duramente sendo atacados; liberdade, democracia e participação política têm sido cada vez restrita ao âmbito das aparências dada a condição conciliatória do Estado burguesa e as defesas da classe dominante, no nosso caso, uma classe burguesa oligárquica que associada ao capital financeiro extrair sobrevalor da classe trabalhadora, para tanto se assenta nas diferenças fisiológicas para gestar e naturalizar as desigualdades sociais, políticas, jurídicas e econômicas.

Através deste breve artigo, buscamos apresentar categorias que nos evidencia a necessidade de ampliação da participação social, política e econômica das mulheres.

A articulação entre produção, reprodução, acumulação e apropriação da riqueza socialmente produzidas, que contribuem para perpetuação da mulher no espaço privado, ou seja, no âmbito doméstico. Este necessário ser compreendido para além do lar, mas como todo e qualquer locus ou espaço que seja desprivilegiado, rebaixado porque hegemônico pela participação das mulheres

Enfim queremos evidenciar que o processo participação das mulheres prescinde sua emancipação política, entretanto no contexto de barbárie que ora atravessamos desde o golpe institucional em 2016, é preciso agarrar com unhas e dentes os poucos direitos sociais, políticos, culturais e educacionais pelos sujeitos sociais e políticos indígenas, LGBT's, Negros/as e mulheres.

Desta forma, se olharmos para a condição das mulheres no contexto da pandemia, não olharemos apenas para o recuo, retrocesso e ataque que sofremos nós, as mulheres, mas o conjunto de toda a classe trabalhadora. Se hoje somamos mais de 53% da chefia dos lares e ainda assim recebemos 30 ou 40% à menos do que os homens no exercício do mesmo cargo e função, se 70% dos postos de trabalho que ocupamos estão relacionados aos cuidados (IPEA), que ocupamos 79% dos postos de trabalho informal, ou seja, mais precarizados; que ainda hoje gastamos 8 horas à mais do que os homens com os cuidados domésticos, o que contribui para gerar sobrecarga psicológica, vemos que quem ganha com a diminuição de nossos salários, com as precárias condições de trabalho e de vida, são os donos dos meios de produção.

### **3. Referências Bibliográficas.**

ALAMBERT, Zuleika. Feminismo: o ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_.; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação, Campinas, v. 25, n. 87, p.

335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2012.

ARAÚJO, Alison Cleiton de; TAVARES, Maria Augusta. A centralidade do trabalho nos marcos da sociabilidade capitalista contemporânea. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13.; ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 9., São José dos Campos. Anais.... São José dos Campos: Univap, 2009. Disponível em:

<[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2009/anais/arquivos/0899\\_0463\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0899_0463_01.pdf)>.

Acesso em: 28 set. 2010

ASSENCIO, Sandro. Trabalho e comunicação: a categoria fundante da sociabilidade humana em Marx e Habermas. 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer : Ed. Unesp, 2001

\_\_\_\_\_. O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil. 2. ed. Campinas: Ed.

Unicamp, 1989

BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética: fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Fundamentos ontológicos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 291-298, 2001.

BUARQUE, Cristina. Mulheres rurais e políticas sociais: uma experiência em Pernambuco. In: CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010. Brasília, DF, 2011.

CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999.

CARLATO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 3, n. 2, jan./jun. 2001. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n2\\_genero.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2010.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 22-55, jul./dez. 2001.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 11-22, jun. 1994. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/199406-011-022.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

COSTA, Claudia de Lima. O leito de procusto: gênero, linguagem e as teorias femininas. *Cadernos PAGU*, Campinas, v. 2, p. 141-174, 1994.

COSTA, Nelson Barros da. Contribuições do Marxismo para uma teoria crítica da linguagem.

*DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 27-54, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v16n1/a02v16n1.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci e a sociedade civil. 2000. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=209&page=visualizar>>. Acesso em: 17 jan. 2006.

\_\_\_\_\_. Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e política: a dualidade de poderes*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

D'ATRI, Andrea. *Pão e rosas: identidade de gênero e antagonismos de classe no capitalismo*. São Paulo: Iskra, 2008.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

IZQUERDO, Maria José. *Bases materiais del sistema sexo/gênero*. São Paulo: SOF, [1999]. (mimeo).

\_\_\_\_\_. *La desigualdad de las mujeres en el uso del tiempo*. Madrid: Instituto de La Mujer, 1988.

LESSA, Sérgio. *A centralidade ontológica do trabalho de Lúkács*. 1996. Disponível em:

<[http://www.sergiolessa.com/artigos\\_92\\_96/centralidadetrab\\_1996.pdf](http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/centralidadetrab_1996.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. A emancipação humana e a defesa dos direitos. 2008. Disponível em: <[http://www.sergiolessa.com/artigos07\\_08/emancipacao\\_dirt\\_2008.PDF](http://www.sergiolessa.com/artigos07_08/emancipacao_dirt_2008.PDF)>. Acesso em: 21 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Abaixo o casamento monogâmico. 2010. Disponível em: <<http://rederelacoeslivres.wordpress.com/2010/09/17/3455>>. Acesso em: 29 nov. 2011

\_\_\_\_\_. Contra-revolução, trabalho e classes sociais. 2006a. Disponível em: <[http://www.sergiolessa.com/artigos\\_97\\_01/contrarevol\\_trab\\_classes\\_2001.pdf](http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/contrarevol_trab_classes_2001.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Identidade e individuação. 2004. Disponível em: <[http://www.sergiolessa.com/artigos\\_02\\_07/identid\\_individuacao\\_2004.pdf](http://www.sergiolessa.com/artigos_02_07/identid_individuacao_2004.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Lukács, ética e política. Chapecó: Argos, 2007b.

\_\_\_\_\_. Mundo dos homens. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. Praticismo, alienação e individuação. 1997. Disponível em: <[http://www.sergiolessa.com/artigos\\_97\\_01/Praticismo\\_Individuacao\\_1997.pdf](http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/Praticismo_Individuacao_1997.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Reprodução e Ontologia em Lúkás. 1994. Disponível em: <[http://www.sergiolessa.com/artigos\\_92\\_96/reproducao\\_ontologia\\_1994.pdf](http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/reproducao_ontologia_1994.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Serviço Social e trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho. Maceió: Edufal, 2007a.

\_\_\_\_\_. Sociabilidade e individuação. Maceió: Edufal, 1995.

\_\_\_\_\_. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sérgio. Trabalho, objetivação e alienação. 1992. Disponível em: <[http://www.sergiolessa.com/artigos\\_92\\_96/trabalho\\_objetivacao\\_alienacao\\_1992.pdf](http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/trabalho_objetivacao_alienacao_1992.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Trabalho, sociabilidade e individuação. 2006. Disponível em: <[http://sergiolessa.com/artigos\\_02\\_07/trab\\_indivi\\_fiocruz\\_2006.pdf](http://sergiolessa.com/artigos_02_07/trab_indivi_fiocruz_2006.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Uma praga de fantasias. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 10, p. 84–111, 2004a.

LUKÁCS, Georg. Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009a.

\_\_\_\_\_. Georg Lukács: sociólogo. Organização de José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981b.

\_\_\_\_\_. Ideologia. Disponível em: <[http://sergiolessa.com/ontologia\\_all/Ontologia\\_all/CapIdeologia/IdeologiaIeII.doc](http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapIdeologia/IdeologiaIeII.doc)>. Acesso em: 21 jun. 2010a.

\_\_\_\_\_. Marx y el problema de la decadencia ideologica. México: Siglo XXI, 1981a.

\_\_\_\_\_. O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009b.

\_\_\_\_\_. Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.

- \_\_\_\_\_. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.
- \_\_\_\_\_. Per una Ontologia dell'Essere Sociale. Roma: Ed. Rinuti, 1976. v. 1.
- \_\_\_\_\_. Per una Ontologia dell'Essere Sociale. Roma: Ed. Rinuti, 1981. v. 2.
- \_\_\_\_\_. Reprodução. Disponível em:  
<[http://sergiolessa.com/ontologia\\_all/Ontologia\\_all/CapReproducao/NovaTraduc/NovaTradu cReprod.doc](http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapReproducao/NovaTraduc/NovaTradu cReprod.doc)>. Acesso em: 21 jun. 2010b.
- \_\_\_\_\_. Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009c.
- LUKÁCS, Georg. Trabalho. Disponível em:  
<[http://sergiolessa.com/ontologia\\_all/Ontologia\\_all/CapTrabalho/Trabalh\\_ivo.doc](http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapTrabalho/Trabalh_ivo.doc)>. Acesso em: 21 jun. 2010a.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou revolução? Tradução de Livio Xavier. 3. ed. São Paulo: Global, 1980.
- MARX, Karl. A miséria da filosofia. São Paulo: Global, 1985.
- \_\_\_\_\_. Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Globo, 1987.
- \_\_\_\_\_. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. O 18 Brumário e cartas a Kugelmann. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. t. 1. v. 1.
- \_\_\_\_\_. O método da economia política. São Paulo: Abril, 1978. (Os pensadores.)
- \_\_\_\_\_. O capital. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. Para a crítica da economia política. In: MARX, Karl. Textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os pensadores).
- \_\_\_\_\_.; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Crítica da educação e do ensino. São Paulo: Ed. Moraes, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir. Sobre a mulher. São Paulo: Global, 1980.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José. Capitalismo e reificação. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- PAULO NETTO, José. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. A construção do projeto Ético-Político do Serviço Social. 1999. Disponível em:  
<[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-1.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2010.
- \_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. Para a crítica da vida cotidiana. In: PAULO NETTO, José; FALCÃO, Maria do Carmo (Org.). Cotidiano: conhecimento e crítica. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1989.
- \_\_\_\_\_.; BEHRING, E. A emancipação política e a defesa de direitos. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 28, n. 90, p. 35-57, jun. 2007.
- \_\_\_\_\_.; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

RAICHELIS, Raquel. A esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. Gênero patriarcado e violência. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. O poder do macho. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: Ed Unesp, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci, sua teoria, incidência no Brasil, influencia no Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. Disponível: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv41.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. A questão da mulher na reprodução da força de trabalho. Perspectiva, São Paulo, v. 4, p. 43-47, 1981.

\_\_\_\_\_. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; COSTA, Albertina de Oliveira. (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos : Ed. Fundação Carlos Chagas, 1990.